

Doentes de ideologia (WILSON AQUINO e MICHEL ALECRIM)

Médicos brasileiros reagem com fúria e preconceito à chegada dos profissionais estrangeiros, sobretudo dos cubanos, numa demonstração de que ignoram a situação da população

ATRÁS da tela de um computador, a jornalista potiguar Micheline Borges não mostrava seu rosto, mas mirava o dos outros. "Essas médicas cubanas tem (sic) uma cara de empregada doméstica", escreveu ela em uma rede social, auscultando o que, em sua xenófoba opinião, seria um grave problema dos 400 profissionais de saúde cubanos que desembarcam no Brasil para ocupar vagas rejeitadas por brasileiros em municípios sem glamour, mas cheios de gente que ainda morre por diarreia. Em Fortaleza (CE), outros cubanos, igualmente integrantes do programa federal Mais Médicos, foram xingados de "escravos" e "incompetentes". As vaias da turma de jaleco branco só não foram mais lamentáveis do que a orientação dada pelo presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG), João Batista Gomes Soares. Ele defendeu que a categoria não atendesse eventuais vítimas de erros médicos dos estrangeiros. Ou seja, que deixassem morrer os pacientes, se fosse o caso. Essa postura preconceituosa e corporativa dos médicos brasileiros envergonha o País e demonstra a ignorância deles em relação à situação de penúria da população.



IGNORÂNCIA - Médico cubano é hostilizado por profissionais de saúde no Ceará. Eles foram xingados de escravos

Periferia Nem é necessário ir aos rincões do País para constatar a falta de profissionais. Se essas pessoas que esbravejam contra os médicos estrangeiros visitassem o Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça, em Paracambi, na Baixada Fluminense, a 83 quilômetros da capital do Rio de Janeiro, entenderiam o que é ter doença e não ter médico para tratá-la. A reportagem de ISTOÉ esteve lá e ouviu os cidadãos, a maioria com mais de 60 anos, que aguardavam em fila e no sereno, desde a madrugada, na tentativa de agendar uma consulta para quando um especialista fosse à pequena e pobre cidade. Fazia cerca de 15 graus na manhã de quarta-feira 28 e o aposentado José Brás, que parece ter muito mais do que os 65 anos, buscava uma receita médica para o tratamento do acidente vascular cerebral que sofreu. "Cheguei às 4h

para agendar a consulta. É doloroso”, resumiu ele. “Às vezes, só tem horário para dois meses depois”, afirmou Juliana Batista, 28 anos, que disse sofrer de “crise de nervos”. Paracambi irá receber dois médicos cubanos.

Segundo pesquisa do instituto Datafolha, 54% dos brasileiros apoiam a vinda de médicos estrangeiros para o País, e esse número vem crescendo à medida que a população entende que os profissionais de fora não vão tomar o lugar dos brasileiros. Eles irão para locais onde nenhum brasileiro quis ir. Vão salvar gente que está morrendo por falta de medicina básica. Por exemplo, Japeri, também na Baixada, é um dos municípios mais pobres do Rio e Janeiro. Lá, 40% das 123 mortes hospitalares registradas no ano passado foram por doenças infecciosas e parasitárias. Os 100 mil habitantes contam com apenas 107 médicos, mas muitos não moram na cidade e, portanto, não estão disponíveis. A cidade está alegre, pois vai receber seis médicos, dois brasileiros e quatro cubanos. “Esse contingente vai reduzir em 70% o nosso déficit na atenção primária”, prevê o secretário de saúde, Sílvio Mendonça.



CARÊNCIA - Fila no hospital municipal de Paracambi, a 83 quilômetros do Rio: a cidade irá receber dois médicos cubanos

Doenças Perto dali, em Queimados, distante 50 quilômetros da capital fluminense, amarga-se problema idêntico: como 60% do esgoto gerado não é recolhido, as doenças causadas pela falta de saneamento básico são mortais. “A gente tem muita dificuldade para atrair médicos para trabalhar aqui”, diz a secretária de Saúde, a ginecologista Fátima Sanches. Ela solicitou quatro profissionais, mas apenas uma médica africana se interessou pelo trabalho, com remuneração mensal de R\$ 10 mil, além de ajuda de custo. Quem necessita de atendimento mais específico frequentemente tem de se deslocar a outro município. A estudante Laudicéia Cristina de Araújo, 18 anos, quebrou a clavícula há mais de uma semana e teve de se medicar na vizinha Nova Iguaçu, distante 16 quilômetros. “E, mesmo assim, o médico se limitou a olhar o raio X e mandar eu manter o braço em uma tipoia”, reclamava.

Prevenção - A chegada desses profissionais aos municípios pobres e à periferia de centros urbanos significa, também, o início de um trabalho de medicina preventiva, o melhor remédio para enfermidades básicas, muitas das quais poderiam ser erradicadas com simples noções de higiene e de educação alimentar. “Se investirmos na atenção primária, além de evitar óbitos, vamos reduzir a demanda nas emergências e nos ambulatorios”, avalia o secretário de Saúde de Duque de Caxias, também na Baixada Fluminense, o cardiologista Camilo Junqueira. Em 2012, Caxias teve 49 óbitos por doenças infecciosas e parasitárias. Por isso, quer mais médicos. O Ministério da Saúde disponibilizou 32 vagas para o município, mas apenas 13 candidatos inscritos no Programa se habilitaram, sendo dois estrangeiros (um português e um colombiano).



PRECÁRIO - Laudicéia de Araújo, de Queimados, quebrou a clavícula e teve de se tratar em outra cidade, porque lá não tem ortopedista. José Brás, de Paracambi, sofreu um AVC e pega fila para buscar remédios

Apesar de tudo, Rio, Brasília e São Paulo são os que têm melhor índice de médicos por mil habitantes – respectivamente, 3,62, 4,9 e 2,64. No interior do Nordeste e no Norte, a situação é dramática. O cardiologista Sérgio Perini, por exemplo, é o único para atender os 18 mil habitantes de Santa Maria das Barreiras, no interior do Pará, Estado em que a relação médico por mil habitantes é de 0,84. “As pessoas não têm mais a quem pedir ajuda a não ser a mim. Se tiver mais de três casos urgentes para atender imediatamente, como eu faço?”, questiona. Por isso, é incompreensível a fúria preconceituosa a que estão sendo submetidos os médicos estrangeiros, sobretudo os de Cuba. Nessa primeira etapa, foram selecionados 559 profissionais de países como Espanha, Portugal e



Argentina. Desses, 282 já estão em treinamento, além dos 400 cubanos que deverão ser maioria quando os quatro mil médicos da ilha caribenha chegarem ao Brasil, como estabelece o acordo firmado entre o Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Ao contrário dos demais, porém, eles não receberão o salário integral. Entre 40% e 50% da remuneração ficará com o governo de Raúl Castro.

Atendimento O Conselho Federal de Medicina e os conselhos regionais não voltaram atrás em relação ao combate que têm feito ao programa do governo, mas tiveram de realizar uma reunião na quarta-feira 28 para falar do constrangimento geral em relação às atitudes agressivas da classe. Sem citar a manifestação de Fortaleza, uma nota divulgada após o encontro dizia repudiar “atos de xenofobia e preconceito em qualquer situação”. As entidades também procuraram deixar claro que são contra a postura tomada pelo conselho de Minas em relação a eventuais erros médicos praticados por estrangeiros. E corrigiram: “Os médicos brasileiros, sempre que procurados, devem prestar atendimento aos pacientes com complicações decorrentes de atendimentos realizados por médicos estrangeiros contratados sem a revalidação de seus diplomas”.



João Batista Gomes Soares, do CRM-MG, defendeu que os médicos não atendessem eventuais vítimas de erros dos estrangeiros

No juramento de Hipócrates, atualizado em 1948 pela Declaração de Genebra e adotado pelo Brasil, está dito o que deve ser a premissa de quem escolhe a medicina: exercer a arte de curar, mostrar-se sempre fiel aos preceitos da honestidade, da caridade e da ciência. Mas, ao que tudo indica, muitos doutores esqueceram dessa parte do juramento que fizeram. Que venham os estrangeiros.

Estrangeiros no Mais Médicos

Total de médicos cubanos que participarão do programa: **4 mil**

Número de estrangeiros que participarão do programa (exceto cubanos): **559**

Número de estrangeiros sendo treinados (exceto cubanos): **282**

Número de cubanos já no País: **400**

Distribuição dos primeiros estrangeiros por Estado (exceto cubanos):

	GO: 18
	MS: 1
	MT: 4
	AC: 5
	AM: 10
	PA: 1
	RO: 1
	RR: 11
	TO: 1
	AL: 2
	BA: 17
	CE: 6
	MA: 2
	PB: 4
	PE: 14
	PI: 1
	RN: 12
	SE: 2
	PR: 24
	RS: 39
	SC: 22
	ES: 2
	MG: 18
	RJ: 10
	SP: 55

Percentual de médicos com formação no Exterior:

	Inglaterra: 37%
	Estados Unidos: 25%
	Austrália: 22%
	Canadá: 17%
	Brasil: 1,79%



Fonte: Ministério da Saúde

Salmos chilenos (LUIZ FELIPE PONDÉ)

DIAS atrás entrei na catedral de Santiago do Chile. Minha mulher, discípula de Guimarães Rosa, para quem "quanto mais religião melhor", adora todo e qualquer santo. Eu, mais miserável nesse assunto, apesar de não religioso, sou facilmente capturado pelo aspecto estético e sublime de templos sagrados. Foi um prazer ver e ouvir aquela missa "en chileno".

A catedral silenciosa, discreta e com pouca luz, com sua altura gigantesca, nos ajudava a lembrar nosso lugar no mundo - que não me venham os inteligentinhos fazer o blá-blá-blá da crítica à religião, porque a conheço desde o jardim da infância. Sentir-se "em seu justo lugar no mundo" é parte clássica de toda boa espiritualidade, contra esse narcisismo dos "direitos do Eu total" de hoje, essa coisa "ninja brega". Este "justo lugar no mundo" é parte daquilo que o historiador das religiões Mircea Eliade chama de perceber que não somos o "axis mundi" (o eixo do mundo). Toda verdadeira espiritualidade deve nos ajudar a vivenciar este "descentramento" de nosso próprio valor.

O mistério me encanta e me faz sentir menos banal. A sensação da banalidade de tudo me esmaga continuamente. Sou um peregrino da falta de sentido. Uma testemunha da noite escura da alma de San Juan de la Cruz e Terrence Malick. Não levo a sério ateus militantes que ainda acham que ateísmo é "evolução espiritual". Para mim, ateísmo é, apenas, o modo mais óbvio de ser e um estágio elementar em filosofia. Fiquei ateu com oito anos. Alguém poderia dizer que com os anos me tornei um ateu encantado pelo "personagem" Deus e pela possibilidade de existir o perdão no mundo, justamente porque, no fundo, não o merecemos. Sou cego, mas pressinto o espaço à minha volta.

O padre em sua homilia falava da alegria da vida. O papa Francisco quando cá esteve tocou neste tema, falando da "religião da alegria". Não se trata de autoajuda, como pode parecer aos desinformados, mas da mais fina teologia moral cristã (e judaica também). O que é essa alegria? Vejamos. A vida é precária. A pobreza (material, espiritual, psicológica) é como a gravidade, na hora em que relaxamos, ela nos consome. É uma questão de tempo. Nosso caminho é "para baixo". Não é à toa que tomamos antidepressivos o tempo todo, cada um se vira como pode. A solidariedade na melancolia devia nos unir a todos. O que não perdoo na autoajuda é que ela mente para nosso justo desespero dizendo que ele é mera questão de incompetência.

É aqui que começa a consistência da teologia da alegria a qual se refere o papa Francisco: temos todas as razões "materiais" do mundo para sermos tristes, o milagre é não sermos tristes todo o tempo. Confiar na vida é quase impossível. A fé na vida é um mistério e um dom. Muito mais caro do que a inteligência e a cultura -não as desprezo, porque inclusive elas são quase tudo que tenho. Este é o sentido de fé como "estar acompanhando" em sua encíclica "A Luz da Fé". A alegria da qual falava o padre chileno e o papa Francisco é a "alegria teologal", aquela que nasce das três virtudes teologais básicas: a esperança, a fé e a caridade (o amor). Ter esperança, crer na vida e amar são experiências que separam a infância espiritual da maturidade d'alma. O desespero é o caminho mais curto entre dois momentos na vida. A esperança é que é o milagre para quem enxerga o mundo como ele é. Por isso, toda literatura espiritual séria começa pelo vale das sombras.

Dizer que uma virtude é teologal é dizer que ela é fruto da graça de Deus, não uma dedução a partir dos fatos do mundo. Dos fatos, apenas deduzimos o desespero. Mas, por isso mesmo, esta alegria, quando nos visita, tem o hálito divino, por sua própria quase total impossibilidade de ser, para quem reconhece o vale das sombras à nossa volta. Na mística, esta alegria pode nos levar às lágrimas. Este é o conhecido "dom das lágrimas", marca de quem vê a beleza do mundo em meio ao véu absoluto do desespero. Nada a ver com religião como muleta, mas sim com uma espiritualidade de quem caminha só, eternamente, entre sombras.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. E-mail: ponde.folha@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A criança e a infância (ROSELY SAYÃO)

"NÃO BASTA ser criança para ter infância." Essa frase contundente está presente no documentário "A Invenção da Infância" (disponível na internet) dirigido por Liliana Sulzbach, que propõe uma reflexão sobre os estilos de vida de nossas crianças no mundo atual. É uma frase que persegue meus pensamentos, conduz o meu trabalho e que, no último sábado, me fez pensar muito.

É que no dia 24 de agosto comemorou-se o Dia da Infância. Grandes reportagens a esse respeito nos veículos de comunicação ou mesmo pequenas notas lembrando a data, por acaso apareceram? De um modo geral, pouco vimos a esse respeito. A lembrança da existência dessa data parece ter ficado restrita aos grupos que, de maneira direta ou indireta, trabalham com e/ou para crianças. Faz sentido esse silêncio da sociedade a respeito de uma data que, aliás, não deve ser considerada comemorativa. A infância está desaparecendo e temos contribuído de modo expressivo para isso. Como temos feito isso?

Para começar a pensar, temos de considerar que ser criança é um fato biológico, mas o modo como ela vive essa etapa da vida, que vai até a adolescência, depende de múltiplos e complexos fatores, entre eles o modo social de pensar a

criança. É aí que entramos. De um modo geral, cada vez mais a criança, notadamente a que pertence à família de classe média, tem sido tratada como um ser que precisa ser preparado para o futuro. Há algumas décadas, passamos a acreditar que quanto mais precocemente a criança for engajada em situações de estudos formais, maiores as chances ela terá de êxito no futuro.

Já temos inúmeros estudos e pesquisas que comprovam que iniciar o contato com o conhecimento sistematizado mais cedo não contribui no aprendizado que deve ocorrer a partir dos sete anos. Por isso, tudo o que conseguimos ao fazer isso é deixar de ver a criança em seu presente, ou seja, a vemos muito mais como um ser que, um dia, será alguém. Também temos deixado a criança cada vez mais tempo na escola. As três ou quatro horas iniciais se transformaram, progressivamente, em cinco, seis, oito, dez e até 12 horas de permanência no espaço escolar! Se considerarmos que ir para a escola é o trabalho da criança, elas têm trabalhado demais, à semelhança de seus pais, os adultos.

Temos entendido que o tempo de permanência na escola é uma necessidade social já que os pais têm se dedicado muito à vida profissional. Conheço profissionais que trabalham muito além da jornada e justificam o excesso como necessário para dar conta da responsabilidade profissional. E a pessoal, com os filhos, onde temos colocado tal responsabilidade? Crianças têm se alimentado como adultos que se alimentam mal. E, como estes, têm enfrentado doenças por causa disso. Esse fato não ocorre por falta de informação dos responsáveis pelas crianças e sim pela falta de paciência e dos cuidados necessários que elas necessitam.

Ah, mas elas pedem, exigem até, as porcarias ofertadas insistentemente e disponíveis em todos os cantos. Sim, mas por isso vamos permitir que fiquem escravas de seus impulsos e que consumam como adultos? Abordei dois pontos apenas de nossa contribuição direta para o fim da infância. Há muitos outros. Por isso, todo dia deveríamos fazer essa reflexão: queremos que nossas crianças tenham infância, ou já consideramos esse conceito obsoleto?

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A gangue do brilhoso (CONTARDO CALLIGARIS)

"**BLING**", em inglês, são as joias grandes, preciosas de um jeito óbvio e ostentatório - um pouco cafonas. "Ring" significa anel ou, então, círculo de amigos ou cúmplices. Na coluna da semana passada propus traduzir o título do novo filme de Sofia Coppola, "The Bling Ring", como "a turma do deslumbre". Poderia ser também "o brilhoso" ou "a gangue do brilhoso".

Também na semana passada, concordei com a indicação do filme para maiores de 16 anos - fiquei feliz de não ter levado nenhum adolescente comigo para o cinema. O filme conta a história (verídica) de um grupinho de adolescentes de Los Angeles que se tornaram famosos à força de invadir a casa de pessoas famosas para lhes roubar os apetrechos da fama (roupas e objetos de luxo). Na história, não há violência nem sexo além da conta. O consumo de drogas e a ousadia criminosos dos jovens são o de menos. Mas não encontrei nenhum adulto que não tenha se angustiado a ponto de considerar a possibilidade de sair antes do fim: a estupidez dos adolescentes da gangue é obscena.

Certamente (espero), nossos filhos e filhas ficariam tão horrorizados quanto a gente. Mas o que fazer se eles se reconhecessem nos protagonistas do filme? Se eles os achessem "legais" ou engraçados? Como agir se, na ocasião do filme, a gente descobrisse que "nossos" adolescentes são daquele mesmo feitio? Mais um pensamento ansiógeno: quando não há adultos à vista, a adolescência se torna um pesadelo de tentativas de "crescer", uma mais incerta que a outra. Ora, nunca há adultos à vista quando os adultos adotam a adolescência como seu próprio ideal. Por favor, pense nisso quando você escolher sua roupa, seu lazer, suas conversas...

Um mundo só de adolescentes nos espanta, e esse mundo é um vazio preenchido quer seja pelo tédio, quer seja pelo deslumbre. Do tédio adolescente ouvimos falar nesta semana, quando, em Brasília, três jovens de classe média repetiram a "façonha" dos assassinos do índio Galdino em 1997: mataram um morador de rua para se divertir, para vê-lo queimar. Ou, então, quando, com um tiro nas costas, três jovens de Oklahoma City (EUA) mataram um homem que passava por eles; explicaram que estavam entediados e queriam ver alguém morrer.

Quanto ao deslumbre adolescente, podemos confiar em Sofia Coppola. Paradoxo: uma crítica do site www.rottentomatoes.com lamenta que Coppola, em seu filme, não passe da superfície. Mas essa é exatamente a questão do filme: não há nada debaixo da superfície. Coppola fez um filme sobre "a era da futilidade máxima" (na bonita expressão de Paulo Ghiraldelli, <http://migre.me/fSoeQ>).

Os jovens de Coppola são os representantes de uma geração (impensável sem internet, Facebook, Instagram etc.) que se ocupa em tempo integral da constituição e da difusão, não de sua história ou de suas histórias, não de sua experiência de vida, não de suas crenças e de seus mitos, mas exclusivamente de sua imagem. Os famosos que servem de modelo para essa geração não são tanto as estrelas de Hollywood quanto as celebridades dos reality shows (como Audrina Patridge, uma das vítimas da gangue).

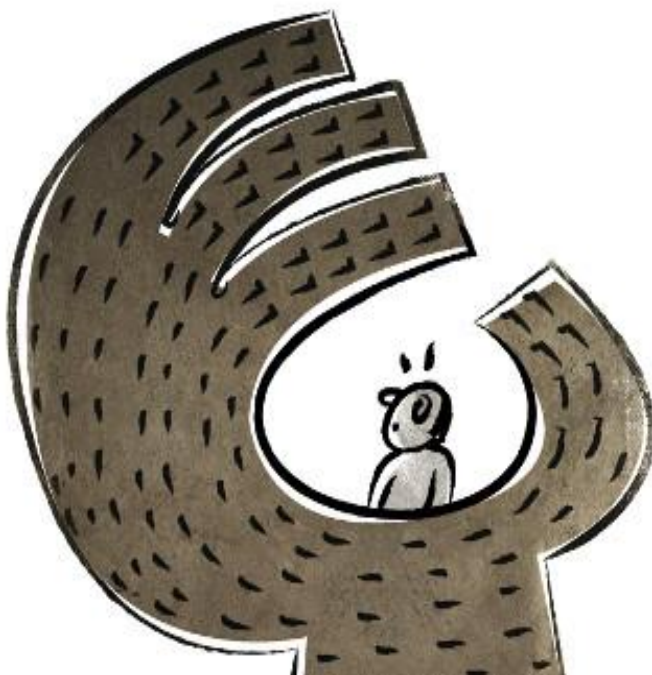
Os membros da gangue nunca comentam ou mencionam um filme ou um seriado no qual apareçam as eventuais atrizes que são suas vítimas admiradas. Eles "visitam" repetidamente a casa de Paris Hilton, que é famosa apenas por ser Paris Hilton. Eles adoram Lindsay Lohan, que é famosa sobretudo por suas prisões por dirigir bêbada e drogada.

Sem interesse nas "obras" de suas celebridades preferidas, os personagens de Coppola conhecem perfeitamente os apetrechos da celebridade: passeando pelo closet de suas vítimas, eles identificam imediatamente os modelos que elas usaram em tal ou tal outro tapete vermelho (que valeu fotografia num magazine). Eles têm razão de prezar os apetrechos da celebridade (e não eventualmente os méritos que poderiam produzi-la). Se a celebridade depende dos apetrechos, então ela pode ser roubada. A celebridade, quando se confunde com a roupa, os sapatos e as joias, é "democrática": para se igualar aos ídolos, basta se apossar de seus objetos.

De que é feito o "self" dos jovens descritos por Coppola? De memórias? De vivências? De esperanças? Quando o "self" é só uma imagem, inevitavelmente, ele é feito de bugiganga, quinquilharia, objetos de consumo. O marketing descobriu isso há um certo tempo. Ou você acha que as "estrelas" que vendem um perfume com seu nome tiveram o faro de inventá-lo?

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. E-mail: ccalligari@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A cidade como mercadoria (SÍLVIO CACCIA BAVA)



A vida nas cidades se transformou numa mercadoria. O espaço público se fragmentou, se privatizou, a segregação se impôs. Bairro rico de um lado, com todos os tipos de serviços públicos disponíveis. Bairros pobres e favelas de outro, ocupações com habitações precárias autoconstruídas, sem esgoto e muitas vezes sem água

NAS DÉCADAS passadas a vitória do neoliberalismo restaurou o poder dos interesses empresariais no comando das cidades. Muitas das empresas públicas desapareceram e cederam seu espaço para a exploração desses serviços por grandes conglomerados empresariais, nacionais e estrangeiros. As grandes empreiteiras de obras públicas, que agora estendem seus domínios para a prestação de serviços como a coleta do lixo e a administração de rodovias; o cartel dos transportes públicos; a indústria automobilística e seu interesse na expansão dos negócios; os empresários do setor imobiliário: são eles que retomam o controle dos governos e passam a

dar as cartas definindo que urbanismo serve a seus interesses.

A extinção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), em São Paulo, em 1995, na gestão de Paulo Maluf, e de outras empresas públicas municipais de transportes em outras cidades é um bom exemplo. Com o fim da empresa pública o governo municipal perde a capacidade de intervir diretamente nas empresas privadas concessionárias do serviço, não controla mais a planilha de custos, submete-se ao peso de um cartel no qual hoje, no caso de São Paulo, apenas dois empresários detêm 7 mil ônibus, a metade da frota em circulação. É da mesma época, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Lei n. 8.987, de Concessões de Serviços Públicos, que cria um marco regulatório para privatizar as companhias de serviços de saneamento. A chegada das operadoras multinacionais à área de saneamento contou com o estímulo e o incentivo do governo federal, por meio de programas de privatização e reestruturação, com recursos financeiros da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Estado perde sua capacidade reguladora em defesa do interesse público, adota critérios de mercado para estabelecer as políticas e os preços das tarifas públicas, e ignora a realidade social. É preciso garantir o lucro das operadoras. Os cidadãos são considerados apenas consumidores, o que vale dizer que as empresas concessionárias se mobilizam para atender aqueles que podem pagar pelos serviços privatizados; os outros, os que não podem pagar, não entram nos planos desse urbanismo. Essa lógica de encarar a cidade como oportunidade para bons negócios estimula a especulação imobiliária e expulsa os antigos moradores pobres do centro para a periferia, pois eles não têm dinheiro para alugar ou comprar os imóveis nessa região; estimula o uso do automóvel e ao mesmo tempo impede mais de 30% dos moradores das metrópoles brasileiras de usar o transporte coletivo. Estes não têm dinheiro para isso. Andam a pé.

É essa mesma lógica da maximização do lucro que levou o governo do estado de São Paulo a reajustar indevidamente o pedágio nos contratos com a CCR, em 2006. Hoje o Ministério Público acusa a CCR, com a conivência do governo, de se

apropriar indevidamente de mais de R\$ 2 bilhões dos cidadãos que pagam o pedágio. Muitos dos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, transportes e segurança foram terceirizados, isto é, transferidos para ser executados por empresas privadas. Sem uma ação fiscalizadora efetiva por parte do governo, o resultado é o mesmo por toda parte: cai a qualidade do serviço, os cidadãos deixam de ser atendidos, piora a qualidade de vida para grande parte dos cidadãos.

Os investimentos na infraestrutura urbana, um elemento central para definir o padrão de urbanismo, se orientam para a produção de pontes e viadutos, para a duplicação das avenidas marginais, principalmente para garantir a circulação dos automóveis, enquanto o metrô e os corredores de ônibus ficam para trás como prioridade. Aos interesses públicos – que necessitam dos transportes coletivos – se sobrepõe o interesse das empresas que comandam a política. A vida nas cidades se transformou numa mercadoria. O espaço público se fragmentou, se privatizou, a segregação se impôs. Bairro rico de um lado, com todos os tipos de serviços públicos disponíveis, shoppings, espaços de lazer, polícia privada garantindo a segurança. Bairros pobres e favelas de outro, ocupações com habitações precárias autoconstruídas, sem esgoto e muitas vezes sem água potável, com a eletricidade vinda de ligações clandestinas, em áreas de risco sujeitas a deslizamentos e inundações, sem equipamentos de educação e saúde, sem transporte público adequado, acossados por uma polícia que criminaliza a pobreza.

Não é que o governo seja incompetente, incapaz de oferecer serviços públicos de qualidade. É que ele não se propõe ou não consegue fazer isso. A gestão da cidade atende aos interesses de acumulação do capital, que vê a produção e a reprodução do urbano como negócio, como fonte de lucro. Esse é o mundo no qual a ética neoliberal – de um intenso isolamento do indivíduo, de ansiedade e neurose, de consumismo – se impõe como padrão. Quem tem dinheiro usufrui a cidade; quem não tem encontra aí uma vida cada vez mais insuportável. É esse o cenário no qual o aumento dos R\$ 0,20 na tarifa dos ônibus em São Paulo desencadeou as mobilizações de junho, que levaram mais de 2 milhões de pessoas às ruas em quase quatrocentas cidades brasileiras.

O que essas mobilizações põem em xeque não é o aumento da tarifa, mas sim o urbanismo privatista que transforma tudo em mercadoria e acaba com os direitos dos cidadãos. O grande motivo para as mobilizações é a luta contra a espoliação urbana e todo o sofrimento que ela impõe aos trabalhadores. Espoliação urbana, como nos ensina Lúcio Kowarick,¹ é o somatório de “extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que conjuntamente ao acesso à terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação recorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta deste”. A falta de prioridade e de investimentos nas políticas públicas castiga a todos que precisam do transporte público, da moradia, dos serviços de saúde, educação, assistência social, previdência e segurança, políticas garantidas como direitos por nossa Constituição.

A força das ruas e um novo urbanismo democrático

De uma perspectiva histórica, é a mobilização dos cidadãos insatisfeitos que pode mudar as coisas. Quando eles se revoltam contra a precariedade das políticas públicas, a desigualdade social e a segregação na vida das cidades, abre-se o horizonte para mudanças no comportamento dos políticos e na execução dessas políticas.

A participação popular é a mobilização da cidadania pela democratização dos governos e da vida em sociedade, pela melhoria da vida nas cidades, pelo respeito aos direitos sociais e políticos. Seu objetivo maior é que a cidadania organizada, expressando os múltiplos interesses das grandes majorias, participe das decisões, junto com os gestores públicos, sobre o modelo de cidade e as políticas públicas. Fazer isso implica também o controle social sobre os gastos e as iniciativas de governo.

É com a redemocratização do país que o direito à cidade se afirma como uma referência para o surgimento de um novo urbanismo. São as ações dos movimentos de moradia, sua articulação com outras lutas, com o movimento em defesa da saúde, com a luta por creches, com a luta por transportes e uma infinidade de outras mobilizações que colocam para a sociedade e para os governos as demandas populares. Esses movimentos, por sua vez, constroem uma plataforma comum de reivindicações, se articulam em redes, como o Fórum Nacional da Reforma Urbana, denunciam a espoliação urbana, politizam a precariedade da vida das majorias, cobram a democratização da gestão.

A luta pelo direito à cidade, nos últimos trinta anos, obteve muitas conquistas: inseriu um capítulo específico sobre política urbana na nova Constituição brasileira de 1988; criou um marco normativo geral com o Estatuto da Cidade; obrigou todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a produzir Planos Diretores de urbanização tendo como referência o Estatuto da Cidade; fez pressão para a criação do Ministério das Cidades, assim como para a democratização da gestão com a criação dos Conselhos da Cidade em todos os níveis da federação, uma nova institucionalidade participativa; lutou pela destinação de recursos e criação de mecanismos específicos de financiamento para habitação popular, que veio a se concretizar com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Mesmo o programa maciço de construção de casas populares – o Minha Casa, Minha Vida – também pode ser visto como uma resposta às demandas populares e à crise urbana.

Além disso, o movimento pela reforma urbana produziu impactos internacionais. O direito à cidade foi introduzido em várias novas constituições, como as da Venezuela, Colômbia, Bolívia, Equador; também inspirou, por exemplo, a criação nos Estados Unidos, em 2007, da Aliança Nacional pelo Direito à Cidade, com expressiva atuação em cidades como Nova York e Los Angeles. O Orçamento Participativo tornou-se uma referência e está presente hoje em mais de 2.600 cidades em todo o

mundo. Mas a disputa pelo modelo de urbanismo e pela democratização da gestão teve outros capítulos recentes. Para atender à política de coalizão, o Ministério das Cidades foi entregue pelo governo federal a políticos fiéis aos interesses especulativos e imediatistas; o programa Minha Casa, Minha Vida, concebido pelo governo em articulação com os empresários da construção civil, passou ao largo de todo esse acúmulo normativo e institucional que incorporava a participação cidadã. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social ficou sem fundo, e o dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida, sem controle social; os Planos Diretores municipais foram ignorados para definir a locação desses novos empreendimentos.

Os efeitos perversos dessa guinada na política urbana se fazem sentir: para os trabalhadores, a vida nas cidades, principalmente nas cidades grandes, se torna a cada dia mais insuportável. As práticas de resistência a essa mercantilização da vida trazem para o centro da agenda política o tema do direito à cidade. E para que o direito à cidade oriente a estratégia de desenvolvimento urbano, as questões da descentralização, da democratização da gestão e da participação cidadã tornaram-se essenciais.

Reinventar a cidade para todos

“A questão de qual cidade nós queremos não pode estar dissociada da questão de que tipo de pessoas nós queremos ser, que tipo de relações sociais nós procuramos, que relações com a natureza queremos, que estilo de vida queremos, que valores estéticos valorizamos.

O direito à cidade é bem mais que o direito dos indivíduos ou grupos sociais terem acesso aos recursos que a cidade tem. É o direito de mudar e reinventar a cidade a partir de suas aspirações e desejos, o que depende do exercício coletivo do poder sobre os processos de urbanização.”² Em outras palavras, tornar a cidade um espaço público de encontro e solidariedade, de trabalho cooperativo, onde os serviços públicos sejam eficientes, de qualidade, atendam a todos e sejam considerados bens públicos comuns. Ninguém paga qualquer taxa para se servir deles. É o conjunto dos contribuintes, por meio de seus impostos, que paga a conta. Somente a força dos movimentos sociais pode impor mudanças de peso, estruturais, nas políticas públicas. Do sistema político nós não podemos esperar senão a defesa do *status quo*. Porque está em disputa a manutenção desse equilíbrio político, a estratégia de favorecimento do empresariado e a alocação privatista da receita pública. Reforma política, tributária, agrária, urbana, todas estão fora das agendas da classe capitalista e de nossas elites. Elas ameaçam seus interesses.

As lutas por essas reformas se darão nas ruas e serão orientadas para a construção de um Estado de bem-estar social. Tardiamente, ao arrepio do desmonte do *welfare state* na Europa, podem surgir condições para o Brasil avançar em políticas públicas como educação, saúde, transportes, moradia, assistência social, previdência, criação e valorização de espaços públicos e de lazer. Avançar significa priorizar os interesses dos trabalhadores e investir muitos bilhões e rapidamente. E criar formas de gestão pública participativa e transparente para garantir a efetividade do controle social do gasto público.

É evidente que se trata de uma disputa pelos recursos públicos e pela orientação das políticas públicas. Os trabalhadores, no seu *lato sensu*, todos que vivem do seu trabalho, querem uma vida boa, bons serviços públicos, e para isso um governo que atenda a seus interesses. Os capitalistas, por meio de suas empresas privadas, querem um governo que favoreça seus interesses de acumulação. É do jogo de pressões entre essas forças que surgirá o novo. Na Europa ocidental, especialmente, esse jogo resultou – em sua época – em um enorme salto de qualidade de vida para toda a população.

A pressão das ruas pede a democratização do sistema político, luta por assegurar a participação cidadã na gestão pública. A forma de governar não pode mais ser hierárquica, centralista, autoritária, burocrática. Ela tem de se democratizar e descentralizar. Essa é uma oportunidade para os governos enfrentarem a crise do sistema político: fortalecer seus laços com a cidadania e construir sua legitimidade como governante.

“Trata-se de promover uma prática inovadora capaz de criar instituições públicas que impeçam a corrupção, garantam a participação, a representação e o controle dos interesses públicos e dos direitos pelos cidadãos. Numa palavra, uma invenção democrática”, nos alerta Marilena Chauí.³

1 Lúcio Kowarick, A espoliação urbana, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2ed., 1993.

2 David Harvey, Rebel cities [Cidades rebeldes], Editora Verso, Londres, 2012.

3 Marilena Chauí, “O inferno urbano e a política do favor, clientela, tutela e cooptação”, Teoria e Debate, São Paulo, jul. 2013

SÍLVIO CACCIA BAVA é Diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil. Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Agosto de 2013.**

A saúde do Brasil e a contribuição de São Paulo (GIOVANNI GUIDO CERRI)

O MECÂNICO Willian Marques da Silva, morador de Extrema (MG), ficou internado no Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP por cinco meses. Passou por um bem-sucedido transplante de coração. Casou-se na UTI e recebeu alta.

As irmãs siamesas Ana Clara e Anne Vitória viajaram 3.000 quilômetros de Alto do Rodrigues (RN) para, aos sete meses de vida, serem separadas durante cirurgia complexa realizada em abril no Instituto da Criança do mesmo hospital. Essas duas histórias são emblemas da contribuição inequívoca do Sistema Único de Saúde (SUS) de São Paulo para a saúde pública de todo o Brasil.

A cada 30 minutos, em média, um paciente de outro Estado é internado em hospitais públicos paulistas. O programa nacional de combate à Aids, referência para a OMS (Organização Mundial de Saúde), nasceu em São Paulo. Quase metade dos transplantes de órgãos de todo o país é feita em hospitais paulistas. Os índices paulistas de mortalidade infantil e gravidez na adolescência, entre os menores do Brasil, ajudam a puxar para baixo os indicadores nacionais.

Como médico, professor da FMUSP e técnico da área, habitando o quadrilátero do complexo do HC há 40 anos, aceitei com entusiasmo a missão confiada pelo governador Geraldo Alckmin de comandar a saúde do Estado de São Paulo. Posso afirmar que avançamos de forma consistente. Além da entrega de três novos hospitais estaduais e 14 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades), implantamos um modelo inovador de PPPs (parcerias público-privadas) para a construção de novos serviços hospitalares, logística e distribuição de medicamentos. Promovemos a política de regionalização da saúde. Atacamos a questão da dependência química. Desenvolvemos uma política de investimentos e modernização dos hospitais universitários.

Estendemos os investimentos aos hospitais da administração direta com aporte de recursos que superam R\$ 600 milhões. Iniciamos a implantação da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer. Obtivemos a aprovação da carreira médica, beneficiando milhares de profissionais da rede estadual com uma política de remuneração mais justa e compatível com o mercado. Desenvolvemos um modelo inovador de informatização, incluindo um prontuário eletrônico unificado inédito, que permitirá acesso imediato ao histórico de atendimentos dos pacientes de qualquer unidade.

No Instituto Butantan, erguemos um prédio de coleções com sistema de segurança máxima contra incêndios. Finalizamos o processo de transferência de tecnologia da vacina contra a gripe. Demos o pontapé para a produção da vacina contra o HPV em projeto desenvolvido com o Ministério da Saúde. E obtivemos autorização para a segunda fase da pesquisa da vacina contra a dengue.

As necessidades do SUS são dinâmicas e sempre urgentes. Desafios persistem, em particular o subfinanciamento, a situação pré-falimentar das Santas Casas e entidades filantrópicas e a judicialização que desvia recursos dos mais carentes para a camada mais rica da população. Caminhamos até aqui convictos da missão cumprida. A Faculdade de Medicina da USP continuará, como sempre esteve, à disposição para contribuir com a saúde pública de São Paulo e de todo o Brasil.

GIOVANNI GUIDO CERRI, 59, é diretor da Faculdade de Medicina da USP e presidente dos conselhos deliberativos do Hospital das Clínicas e do Instituto do Câncer Octavio Frias de Oliveira. Deixa o cargo de secretário de Estado da Saúde de São Paulo no dia 4. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

A psicofobia e o peso das palavras (CRISTIANE SEGATTO)

O preconceito contra quem sofre de transtornos mentais pode virar crime

POUCO antes de morrer, em março do ano passado, o humorista Chico Anysio decidiu entrar na luta contra o preconceito que cerca as doenças mentais. Ele sofria de depressão e, num sábado à tarde, recebeu em casa o médico Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), para gravar um depoimento. Durante a conversa, Chico fez um comentário e uma sugestão:

– Antigamente existiam carros usados. Agora chamam de “seminovos”. As coisas hoje têm esses nomes. Crie um nome para o preconceito.

O conselho do comunicador não foi esquecido. Muitas reuniões depois, a ABP lançou o termo “psicofobia”. Atualmente ele é adotado para designar atitudes preconceituosas e discriminatórias contra as deficiências e os transtornos mentais. O uso da palavra se disseminou. Uma busca rápida no Google aponta 16 mil textos em que ela é citada. A psicofobia pode virar crime. O senador Paulo Davim (PV-RN) propôs uma emenda para incluir esse tipo de preconceito no projeto de lei de reforma do Código Penal Brasileiro. Vários senadores, entre eles Aécio Neves (PSDB-MG), apoiam a proposta.

Cerca de 23 milhões de pessoas (12% da população) necessitam de algum atendimento em saúde mental no Brasil, segundo uma estimativa conservadora da Organização Mundial da Saúde. Quem sofre de depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, transtorno obsessivo-compulsivo, entre outras doenças, sabe que o preconceito se manifesta de formas variadas e perversas. Com medo de ofender os pacientes, médicos deixam de encaminhá-los ao psiquiatra. Os pacientes que recebem encaminhamento desistem de procurar o especialista por medo do diagnóstico e da discriminação que ele e a família passarão a sofrer.

O estigma destrói a autoestima dos doentes. Eles deixam de procurar emprego ou de lutar por assistência adequada. Estima-se que no Brasil 58% dos casos de esquizofrenia não recebem tratamento. Muita gente acredita que os doentes mentais são violentos. As notícias sobre crimes ajudam a perpetuar essa crença. “93% das pessoas com doença mental não são violentas, mas isso nunca é notícia”, diz o professor Wagner Gattaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São

Paulo. Pouco depois do chamado Massacre do Realengo, quando um ex-aluno entrou numa escola no Rio de Janeiro, matou 12 adolescentes, feriu outros 12 e se matou, os pacientes de Gattaz passaram a relatar ainda mais dificuldades.

"Eles diziam que a família estava com medo, que os amigos passaram a evitá-los e que deixaram de conseguir emprego porque as pessoas achavam que eles poderiam passar fogo em todo mundo a qualquer momento", diz Gattaz. Não nos damos conta, mas uma das formas mais eficientes de perpetuar o preconceito contra os doentes mentais é aplicar termos da psiquiatria fora do contexto. Quem nunca fez isso? A imprensa é mestre na arte do uso metafórico da palavra esquizofrenia. Os portadores dessa doença apresentam períodos em que têm dificuldade para distinguir o real do imaginado. Podem ocorrer mudanças na forma de pensar e sentir, com prejuízo das relações afetivas e do desempenho profissional e social.

Esquizofrenia é isso, mas na linguagem corrente passou a designar todas as mazelas da política, da economia e as esquisitices da cultura pop. Faltou palavra? Tascamos um esquizofrênico e todo mundo entende o que queremos dizer. Uma amostra dessa prática foi reunida num interessante estudo sobre o estigma da esquizofrenia na mídia, assinado por Francisco Bevilacqua Guarniero, Ruth Helena Bellinghini e Wagner Gattaz. O uso metafórico da palavra "esquizofrenia" e, principalmente, "esquizofrênico (a)", nos sentidos de "absurdo", "incoerente" e "contraditório" é recorrente.

Nas colunas de política, são esquizofrênicos: o governo, o Judiciário, as relações Brasil-Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Comunidade Europeia. Nas colunas de economia, esquizofrênicas são a política cambial e a política econômica. Nas editorias de artes e espetáculos, quase tudo é classificado como esquizofrênico(a):

- O Festival de Cinema de Gramado
- O show da cantora Cyndi Lauper (que passa de "clássicos a platitudes pop")
- O ritmo do musical *Evita*
- *Batman*
- O ator (que se despe de si mesmo para vestir um personagem, segundo a atriz Bruna Lombardi)
- A infelicidade de hoje (segundo o cineasta e colunista Arnaldo Jabor)
- Rose, a vizinha do personagem Charlie Harper na série *Two and a Half Men*
- A cantora Madonna (que na adolescência não se decidia entre ser freira e popstar, segundo ela mesma)
- O jornal *The New York Times* (por cobrar pelo acesso online, mas distribuir conteúdo gratuitamente nas redes sociais)

Seria divertido se não fosse trágico. A assistência à saúde mental no Brasil vive uma crise profunda. Há uma luta ideológica entre os psiquiatras e parte dos psicólogos. As famílias estão desesperadas. Falta acesso a medicamentos, ambulatorios e leitos psiquiátricos para internar os pacientes nos momentos de crise. Apenas 2% dos gastos do SUS são destinados à saúde mental.

Mudar isso tudo depende de mobilização, dinheiro e disposição para a luta política. Combater o estigma não custa nada e depende da vontade individual. Um bom começo é pensar nas palavras que escolhemos e repetimos. Elas têm peso e consequência.

CRISTIANE SEGATTO é colunista desta publicação e Escreve sobre medicina há 18 anos. Ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo, entre eles o ESSO de informação científica em 2012. **Revista ÉPOCA, Agosto de 2013.**

Eu tenho um sonho, 50 anos depois (EDUARDO MATARAZZO SUPPLY)

EM 1908, Leon Tolstói (1828-1910), autor de várias obras, entre elas "Guerra e Paz", escreveu uma carta aos hindus, conclamando-os a lutarem, por meios pacíficos, pela independência da Índia. Essa carta foi lida por um jovem advogado atuante na África do Sul, Mahatma Gandhi, que já havia se convertido aos ideais da não violência e da resistência por meios pacíficos. Após a leitura de "O Reino de Deus Está em Vós", que Tolstói publicou em 1894, Gandhi se correspondeu com o escritor russo por um ano, até que este veio a falecer.

Gandhi desenvolveu um extraordinário movimento em seu país, propugnando sempre por manifestações de resistência pacífica, ações de desobediência civil e greves de fome, as quais comoveram a humanidade, em especial os povos indiano e inglês, até que, em 1947, foi proclamada a independência da Índia. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente valorização dos direitos humanos, ficou clara a situação de desrespeito aos direitos civis e de voto dos negros nos EUA. O impasse era de tal ordem que a sociedade norte-americana passou a viver momentos de tensão.

Aos negros não se permitia estar no mesmo lugar que os brancos. Em diversos Estados do Sul, os negros nem sequer podiam votar. Em 1955, no Alabama, Rosa Parks, uma senhora negra de 42 anos, ao voltar de seu trabalho, sentou-se no ônibus, na área reservada aos brancos. Ao ser instada a dar lugar a um deles, de lá só saiu carregada por policiais. Eis um típico exemplo de desobediência civil que seguia as recomendações de Tolstói e Gandhi e que passou a ser estimulado pelo jovem pastor Martin Luther King Jr., inspirado nos apóstolos da não violência.

Preocupado com as ações de diversas organizações, como os Panteras Negras, que agiam por vezes com violência, chegando a incendiar vários quarteirões de cidades como Detroit e Los Angeles, Luther King intensificou a sua campanha

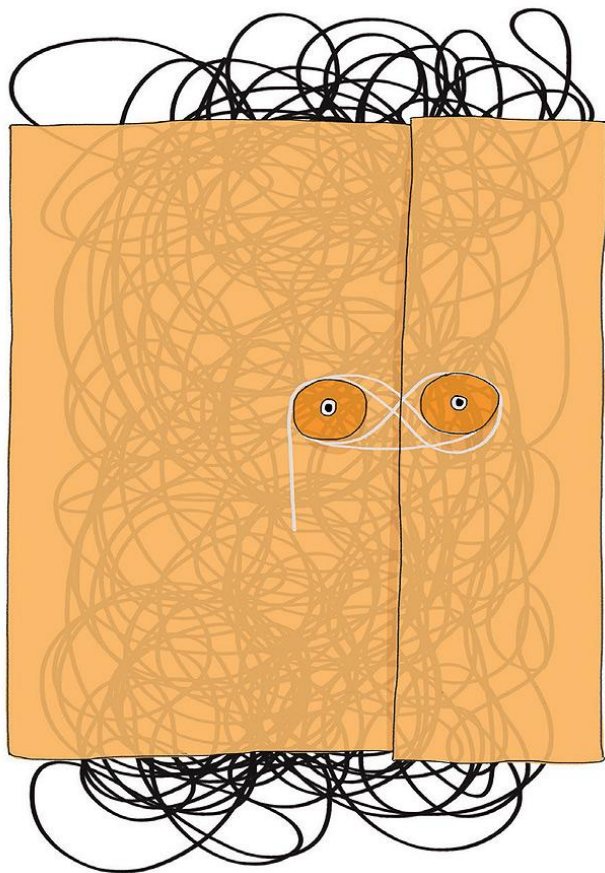
pelos direitos civis com passeatas e pronunciamentos pelos EUA. No aniversário de cem anos da Proclamação da Emancipação da Escravidão, em 1863, Luther King Jr. conclamou os americanos a comparecerem ao Memorial de Abraham Lincoln, em Washington. O presidente John Kennedy disse que o ato poderia levar à destruição da capital, mas Luther King garantiu que a manifestação seria pacífica.

No evento, com mais de 200 mil pessoas, Martin Luther King Jr. fez um dos mais belos pronunciamentos da história da humanidade. Afirmou que não era possível mais aceitar as recomendações dos que propunham aguardar as mudanças graduais, pois se não houvesse as necessárias e urgentes transformações, os Estados Unidos viveriam mais um período violento. Recomendou, entretanto, que não se tomasse do cálice do ódio, da vingança e da violência. Todos deveriam procurar confrontar a força física com a força da alma. Tão comovente foi aquela manifestação que, pouco tempo depois, o Congresso norte-americano aprovou a Lei dos Direitos Civis e a Lei dos Direitos Iguais de Votação, 1964 e 1965, respectivamente.

No momento em que tantas organizações sociais conclamam o povo brasileiro a se manifestar nas ruas, como no próximo 7 de setembro, para que todos lutemos pela melhoria dos direitos à cidadania, à educação, à assistência, à saúde, ao transporte público, à cultura e a uma reforma política, é bom lembrarmos dos notáveis exemplos de Tolstói, Gandhi e Luther King: manifestar com vigor, mas sem violência!

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, 72, doutor em economia pela Universidade de Michigan, é senador pelo PT-SP. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Agosto de 2013.

Em defesa da justiça (JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA e RODRIGO DALL'ACQUA)



O JULGAMENTO da ação penal 470 tem mobilizado paixões e ódios, potencializados pela cobertura intensa da mídia. Nesse ambiente, visões distorcidas ganham ares de verdade, a depender da posição política do observador.

É resultado dessa miopia a avaliação de que a apresentação dos chamados embargos infringentes pela defesa dos réus representa uma tentativa de golpe. Tal impropriedade foi defendida nesta **Folha** por Marco Antonio Villa, no artigo "Em defesa de Joaquim Barbosa" (28/8), pontuado mais por convicções políticas do que por conhecimento jurídico ou equilíbrio de análise. Ele reproduz a afirmação de que a eventual aceitação dos embargos infringentes pelo Supremo Tribunal Federal representaria uma reabertura do julgamento.

Muitos analistas pouco afeitos às regras processuais têm repetido que a análise desses embargos equivaleria a um novo julgamento. É preciso deixar claro: a análise de embargos infringentes não corresponde a um novo julgamento, mas à segunda etapa do mesmo julgamento. Esses embargos estão previstos no regimento do STF apenas para os pontos em que, na primeira etapa do julgamento, houve divergência razoável entre os juízes. São aquelas decisões em que ao menos 4 dos 11 ministros votaram contra a tese que acabou prevalecendo.

E por que o regimento do STF prevê esse dispositivo? Porque uma decisão tomada com grau tão grande de divergência está marcada pela dúvida. A regra que permite os embargos infringentes serve para que os juízes rediscutam suas decisões mais difíceis e superem suas dúvidas, na busca da sentença mais justa. No caso da ação penal 470, a análise das divergências registradas na primeira fase do julgamento torna-se ainda mais necessária. Mesmo os réus que não se encaixavam nos requisitos

do foro especial foram submetidos a julgamento de uma única instância, vendo suas causas levadas diretamente ao STF, sem passagem pelo juízo de primeiro grau, como ocorre usualmente em ações dessa natureza.

Exatamente por isso é ainda mais recomendável eliminar qualquer sombra de dúvida deixada pela primeira fase do julgamento. O direito, lembremos, não é uma ciência exata. A interpretação e a aplicação das leis sempre depende de um certo grau de subjetividade. Em decisões colegiadas, como as do STF, é no debate entre os juízes e no exame detido de suas divergências que se chega mais perto da justiça. Nesse sentido, aliás, classificar como chicana a simples apresentação de divergência por um dos ministros é revelador. Representa falta de disposição para examinar com espírito desarmado

argumentos capazes de melhorar a decisão judicial. Mesmo que, ao final, não se concorde com eles, olhá-los com a devida atenção só aperfeiçoa a sentença.

Juízes, como quaisquer seres humanos, são falíveis, e faz bem ter consciência disso. A justiça que tarda não é justiça. Assim como não é justiça a justiça que atropela etapas e limita o debate de argumentos. Registre-se que, para os padrões brasileiros, a ação penal 470 teve andamento célere. Entre a abertura do inquérito e o julgamento final, passaram-se oito anos. Em nosso país, são incontáveis os processos de casos rumorosos que duram mais.

Pode-se considerar a lentidão um dos males do sistema judiciário brasileiro. A solução desse problema, porém, depende de reformas estruturais, e não da ação individual de juízes, cujo voluntarismo pode nos empurrar para as raias da injustiça. Pode-se não gostar dos réus da ação penal 470 e até torcer por sua condenação. O que não se admite é a desatenção com os princípios jurídicos estabelecidos - isso representa uma ameaça não só à busca pela justiça, mas também à democracia.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA, 47, e **RODRIGO DALL'ACQUA**, 37, são advogados criminalistas e defendem o ex-ministro José Dirceu. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Agosto de 2013.

A vinda de médicos cubanos ao Brasil é irregular? NÃO

Carta aos médicos cubanos (DAVID OLIVEIRA DE SOUZA)

BEM-VINDOS, médicos cubanos. Vocês serão muito importantes para o Brasil. A falta de médicos em áreas remotas e periféricas tem deixado nossa população em situação difícil. Não se preocupem com a hostilidade de parte de nossos colegas. Ela será amplamente compensada pela acolhida calorosa nas comunidades das quais vocês vieram cuidar.

A sua chegada responde a um imperativo humanitário que não pode esperar. Em Sergipe, por exemplo, o menor Estado do Brasil, é fácil se deslocar da capital para o interior. Ainda assim, há centenas de postos de trabalho ociosos, mesmo em unidades de saúde equipadas e em boas condições.

Caros colegas de Cuba, é correto que nós médicos brasileiros lutemos por carreira de Estado, melhor estrutura de trabalho e mais financiamento para a saúde. É compreensível que muitos optemos por viver em grandes centros urbanos, e não em áreas rurais sem os mesmos atrativos. É aceitável que parte de nós não deseje transitar nas periferias inseguras e sem saneamento. O que não é justo é tentar impedir que vocês e outros colegas brasileiros que podem e desejam cuidar dessas pessoas façam isso. Essa postura nos diminui como corporação, causa vergonha e enfraquece nossas bandeiras junto à sociedade.

Talvez vocês já saibam que a principal causa de morte no Brasil são as doenças do aparelho circulatório. Temos um alto índice de internações hospitalares sensíveis à atenção primária, ou seja, que poderiam ter sido evitadas por um atendimento simples caso houvesse médico no posto de saúde. Será bom vê-los diagnosticar apenas com estetoscópio, aparelho de pressão e exames básicos pais e mães de família hipertensos ou diabéticos e evitar, assim, que deixem seus filhos precocemente por derrame ou por infarto.

Será bom vê-los prevenindo a sífilis congênita, causa de graves sequelas em tantos bebês brasileiros somente porque suas mães não tiveram acesso a um médico que as tratasse com a secular penicilina. Será bom ver o alívio que mães ribeirinhas ou das favelas sentirão ao vê-los prescrever antibiótico a seus filhos após diagnosticar uma pneumonia. O mesmo vale para gastroenterites, crises de asma e tantos diagnósticos para os quais bastam o médico e seu estetoscópio.

Não se pode negar que vocês também enfrentarão problemas. A chamada "atenção especializada de média complexidade" é um grande gargalo na saúde pública brasileira. A depender do local onde estejam, a dificuldade de se conseguir exame de imagem, cirurgias eletivas e consultas com especialista para casos mais complicados será imensa. Que isso não seja razão para desânimo. A presença de vocês criará demandas antes inexistentes e os governos serão mais pressionados pelas populações.

Para os que ainda não falam o português com perfeição, um consolo. Um médico paulistano ou carioca em certos locais do Nordeste também terá problemas. Vai precisar aprender que quando alguém diz que está com a testa "xuxando" tem, na verdade, uma dor de cabeça que pulsa. Ou ainda que um peito "afulviando" nada mais é do que asia. O útero é chamado de "dona do corpo". A dor em pontada é uma dor "abiudando" (derivado de abelha). Já atuei como médico estrangeiro em diversos países e vi muitas vezes a expressão de alívio no rosto de pessoas para as quais eu não sabia dizer sequer bom dia - situação muito diferente da de vocês, já que nossos idiomas são similares.

O mais recente argumento contra sua vinda ao nosso país é o fato de que estariam sendo explorados. Falou-se até em trabalho escravo. A Organização Pan-americana de Saúde (Opas) com um século de experiência, seria cúmplice, já que assinou termo de cooperação com o governo brasileiro. Seus rostos sorridentes nos aeroportos negam com veemência essas hipóteses. Em nome de nosso povo e de boa parte de nossos médicos, só me resta dizer com convicção: Um abraço fraterno e muchas gracias.

DAVID OLIVEIRA DE SOUZA, 38, é médico e professor do Instituto de Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês. Foi diretor médico do Médicos Sem Fronteiras no Brasil (2007-2010). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Agosto de 2013.

A vinda de médicos cubanos ao Brasil é irregular? SIM

O falso dilema dos médicos estrangeiros (CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA)

A POLÊMICA autorização para o trabalho de médicos com diplomas obtidos no exterior sem revalidação e comprovação de proficiência na língua portuguesa encerra falso dilema, embutido na medida provisória nº 621/2013, que subsidia o programa Mais Médicos. A verdadeira questão resume-se à disponibilidade de médicos legalmente capacitados e habilitados.

Trata-se de estratégia criada para esconder a exposição da maior e mais carente parcela da população a profissionais sem qualificação comprovada, omitindo da sociedade o quadro de discriminação social estabelecido com a divisão do povo em suseranos e vassalos ou cidadãos de primeira e de segunda categoria. O argumento coator imposto aos cidadãos das áreas de difícil provimento se limita à seguinte premissa: aceite esse meio médico ou parte de médico ou permaneça doente. A interpretação jurídica de caráter sociológico da medida, que possa vir a conferir-lhe relevância social, aponta para um paradoxo moral e ético e configura-se como a hermenêutica do desamparo.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (n.º 9394/1996) exige que os médicos estrangeiros revalidem seus diplomas em instituições públicas de ensino superior. Tal exigência é reforçada por outra regra ainda em vigor: a lei n.º 3.268/1957. Portanto, o projeto em fase de implementação resulta na contratação ilegal de brasileiros e estrangeiros com diploma de médico obtido em outros países. Não obstante essa agressão legal no caso de todos os estrangeiros, ainda surge uma outra - igualmente revestida de gravidade - para os cubanos importados. As condições de trabalho previstas para esse grupo não atendem aos ditames constitucionais e implicam na aceitação - por meio de acordo bilateral-- de práticas coercitivas dentro do território nacional, típicas de regimes totalitários ou ditatoriais.

Se existe dificuldade de acesso e de oferta da assistência às populações de municípios distantes ou das periferias das grandes cidades, não serão em medidas com essas características que o país encontrará as soluções adequadas. Não é admissível que o Estado brasileiro - signatário de diversos tratados internacionais para a tutela dos direitos humanos, inclusive para a erradicação do trabalho escravo - possibilite a contratação de estrangeiros em situações precárias de terceirização, com cerceamento de direitos individuais e coletivos e com a retenção da maior parte dos recursos recebidos pelo governo cubano. As contratações têm que ser pessoais e os salários, pagos a quem presta o serviço.

As autoridades brasileiras não podem explorar o labor de milhares de pessoas desrespeitando as leis vigentes no país, em especial a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o artigo 7º da Carta Magna (tutela dos direitos sociais trabalhistas).

Os gestores do nosso Sistema Único de Saúde (SUS) utilizam em larga escala o argumento de que os médicos estrangeiros não podem ser excluídos do programa Mais Médicos, sob pena de instaurar o caos na saúde pública. Dizem que inexistem médicos nativos em número suficiente e dispostos a trabalhar no interior. Com mecanismos de marketing, lançam a opinião pública contra qualquer posição divergente.

Essas premissas são falsas e apenas impedem um debate pautado por consistência e transparência. O Brasil, a dignidade e a saúde de seu povo, assim como a consideração aos seus médicos, valem mais do que uma eleição!

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA é primeiro vice-presidente do Conselho Federal de Medicina. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Agosto de 2013.**

Uma fuga inédita (LUIZ FELIPE LAMPREIA)

O CASO da fuga do senador boliviano Roger Pinto Molina é inédito na história diplomática do Brasil. Nunca um diplomata brasileiro tomou, como o funcionário Eduardo Saboia, de sua própria cabeça e sem autorização nem conhecimento de seus superiores a decisão de retirar clandestinamente do país um asilado de nossa embaixada.

Isso foi feito com graves riscos, que puseram em perigo a vida do próprio senador boliviano, do jovem diplomata brasileiro Saboia e de seus acompanhantes. Como disse em palavras lapidares o novo ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado: "Não estaremos num bom caminho se permitirmos que se percam aspectos essenciais de nossa cultura institucional, como o princípio da hierarquia. O Itamaraty que eu entendo é também aquele que atua decisivamente no cumprimento das instruções recebidas e no estrito respeito à lei".

Por outro lado, a questão tem um outro aspecto relevante que é a não concessão pelo governo boliviano do salvo-conduto que permitiria ao senador Pinto uma saída honrosa e legal. O princípio de direito internacional que rege essa matéria é o seguinte: "O embaixador (ou o encarregado de negócios), que é a autoridade asilante, analisará a presença de natureza política da perseguição que sofre o asilado potencial e a atualidade do ocorrido e reclamará da autoridade local a expedição de um salvo-conduto".

Isso foi feito, mas o governo boliviano recusou-se, durante mais de um ano e meio, a conceder o salvo-conduto, sob alegações diversas. O novo procurador-geral da República disse-o bem no Senado Federal: "O Estado boliviano, para permitir a consequência lógica do que é o asilo territorial, deveria ter concedido, sim, o salvo-conduto". É de grande

relevância registrar que existe uma Convenção sobre Asilo Diplomático firmada em Caracas no dia 28 de março de 1954, que se acha em pleno vigor e da qual a Bolívia é signatária desde o primeiro dia, assim como nosso país.

Essa convenção reza que "concedido o asilo, o Estado asilante pode pedir a saída do asilado, sendo o Estado territorial obrigado a conceder imediatamente, salvo caso de força maior, as garantias necessárias a que se refere o artigo 5º e o correspondente salvo-conduto". Como o senador Roger Faria é opositor ferrenho do presidente Evo Morales, o governo boliviano decidiu ignorar as regras do direito internacional, violando a Convenção de Caracas de 1954. A meu juízo, o governo brasileiro deveria ter tratado do assunto com mais firmeza. Estando em jogo questão de tal delicadeza, impõe-se uma posição firme e categórica. Em outras palavras: exigência mais enérgica do cumprimento do direito internacional em seus dispositivos pertinentes.

Porém, diante do fato consumado da evasão do senador Roger Pinto com a cooperação total de um funcionário diplomático, creio que o Itamaraty fez bem em abrir um inquérito administrativo para apurar responsabilidades no caso. Espero, contudo, que sejam levados em conta os atenuantes de tipo emocional que levaram o jovem Eduardo Saboia a cometer a grave quebra das normas que disciplinam o serviço diplomático brasileiro.

LUIZ FELIPE LAMPREIA, 70, foi ministro das Relações Exteriores no governo FHC (1995 a 2001). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Setembro de 2013.

Coaching - O conflito pode ser construtivo (EDUARDO SHINYASHIKI)



As divergências são características naturais e inevitáveis das relações humanas e, por isso, devem ser tratadas de forma a se aceitar tudo aquilo que é diferente de nós

O CONFLITO é parte natural e inevitável das relações humanas. Mesmo nos melhores lugares de trabalho ou nas mais harmoniosas famílias podemos encontrar situações de conflito, pois é exatamente nos momentos de confronto entre diferentes mentalidades, valores, maneiras de ser e ver o mundo, que o conflito aparece como elemento fisiológico.

A palavra, do latim *confligere*, significa "bater junto", "estar em desavença", "golpear", "atacar", que evoca, obviamente, o conceito negativo de guerra, luta, disputa, agressividade, confronto e violência. Mas, de um ponto de vista diferente, o conflito é a outra face da paz e ele nos exige aprender a mantê-la, não só quando tudo vai bem e está em harmonia.

Normalmente, o ser humano tende a evitar os conflitos, às vezes fazendo de conta que não existem e, conseqüentemente, não os enfrentando. Porém, o sucesso de um relacionamento pessoal ou profissional não depende da ausência deles, mas da capacidade e competência comunicativa e interpessoal de solucionar a situação.

As divergências, pontos de vista e intenções se tornam conflito quando cada pessoa envolvida quer impor sua opinião sem ouvir a outra parte, quando o comportamento de um interfere nas necessidades do outro ou quando existe um confronto de valores.

O conflito, no entanto, pode ter efeitos positivos, tudo depende das estratégias utilizadas para resolvê-lo: se são construtivas e de cooperação para chegar a uma solução compartilhada e de compromisso mútuo ou se nos deixamos envolver pela raiva, pelo julgamento, egoísmo, individualismo e pelas reações emocionais.

AS DIVERGÊNCIAS SE TORNAM CONFLITO QUANDO A PESSOA QUER IMPOR SUA OPINIÃO SEM OUVIR A OUTRA PARTE, QUANDO O COMPORTAMENTO DE UM INTERFERE NAS NECESSIDADES DO OUTRO OU QUANDO EXISTE UM CONFRONTO DE VALORES

Em um confronto saudável, as nossas ideias são colocadas em discussão de maneira que outras formas de ver, ser e agir possam ser evidenciadas. Assim, podemos nos dar conta de como as nossas opiniões e comportamentos atingem os outros e influenciam o contexto.

As relações interpessoais pedem cada vez mais a capacidade do ser humano de saber aceitar e gerir tudo aquilo que é diferente de nós, sejam pessoas, culturas, valores, opiniões, objetivos etc. A diversidade, fator motivacional da atividade criadora, é considerada importante em todas as empresas, mesmo sendo propulsora dos conflitos, pois com diversidade, ideias e visões de mundo diferentes são construídas organizações mais resistentes, que compreendem mais a realidade mutável do mercado. No contexto administrativo e empresarial, o conflito, hoje, é enxergado como algo benéfico e necessário, ou seja, uma oportunidade. Ele é considerado um elemento de evolução, crescimento, criatividade, em que precisamos das diferentes visões, e as perspectivas são valorizadas.

O conflito num grupo de trabalho, por exemplo, manifesta-se quando as pessoas têm interesses e objetivos diferentes ou até contrastantes. O líder precisa estar consciente que o confronto é um componente natural e potencialmente produtivo para a realidade da equipe e das relações interpessoais. Ele estimula o pensamento e permite que diversas opiniões em relação a uma situação sejam consideradas para a tomada de decisão, permitindo uma ampla gama de ideias e soluções.

O ponto não é evitar o conflito e fechar os olhos para os fatos, mas saber geri-lo de forma a torná-lo eficaz e produtivo para o grupo. Uma liderança eficiente facilita uma comunicação adequada e permite aos integrantes ouvir outros pontos de vista com flexibilidade para mudar de ideia, se necessário.

Este é o desafio: conseguir criar condições para que possamos manter o equilíbrio, a "paz", mesmo na diversidade, e viver o conflito não como ameaça, mas como momento de evolução, enriquecimento e abertura ao novo. Ele é um problema a ser solucionado e, não, uma guerra a ser disputada.

Viver em paz no meio de conflitos é uma arte complexa. Podemos estar em paz mesmo vivendo em um mundo rodeado de conflitualidade, pois temos a chance de escolher como reagir a isso para transformar as divergências em algo construtivo, produtivo e precioso, com serenidade e realização.

EDUARDO SHINYASHIKI é palestrante, consultor organizacional, escritor e especialista em Desenvolvimento das Competências de Liderança e Preparação de Equipes. Presidente da Sociedade Cre Ser Treinamentos, colabora periodicamente com artigos para revistas e jornais. Autor dos livros *Viva como você quer viver*, *A vida é um milagre* e *Transforme seus sonhos em vida* – Editora Gente. Para mais informações, www.edushin.com.br. **Revista PSIQUE, Setembro de 2013.**

Médicos e monstros (SUZANA SINGER)

A IMPORTAÇÃO de médicos cubanos equivale a encher um "avião negreiro", como tachou a colunista Eliane Cantanhêde, ou os médicos brasileiros que fazem oposição ao programa do governo são "corporativistas" que "colocam a vida de pacientes abaixo de seus interesses", como acusou Gilberto Dimenstein?

A discussão em torno do Mais Médicos pegou fogo nesta semana. As posições favoráveis e contrárias são tão extremadas que fica difícil para o leitor formar uma opinião. Quais as reais condições de trabalho oferecidas aos cubanos? Está certo exigir que passem por um exame duro (Revalida), se eles vão lidar com atenção básica à saúde? O que os médicos brasileiros que criticam tanto a vinda dos estrangeiros propõem para melhorar o atendimento nas periferias das metrópoles e no interior?

Não são perguntas simples e o papel do jornal nessa hora é trazer luz ao debate. A **Folha** vinha razoavelmente bem nessa cobertura. Fez reportagens relevantes, abriu espaço para a polêmica e, na terça-feira passada, teve a sensibilidade de publicar na capa a fotografia de um médico cubano sendo vaiado por colegas brasileiros, que também gritavam: "Escravo, escravo!" Era uma imagem forte, que acabou sendo usada pelos que defendem o programa para tentar deslegitimar as críticas, movidas, segundo eles, por puro preconceito. Na sexta-feira, foi a vez de o jornal dar munição aos que condenam o Mais Médicos, com a manchete "Prefeitos demitirão médicos locais para receber os de Dilma". Só que desta vez a **Folha** errou um pouco a mão, a começar pelo título infeliz - "os médicos de Dilma" são o cardiologista Roberto Kalil Filho e o oncologista Paulo Hoff, do Hospital Sírio-Libanês, não os que estão inscritos no programa.

A reportagem elencava 11 cidades do Norte e do Nordeste que decidiram trocar profissionais para ficar com os selecionados pelo governo federal. A vantagem seria uma economia no orçamento municipal, já que a União bancará o salário dos contratados pelo programa. Segundo o texto, essa troca de mão de obra "ameaça o objetivo do programa", que é diminuir a carência de médicos. Foi dado grande destaque à médica Junice Moreira, demitida do município de Sapeaçu (BA) para, segundo colegas de cooperativa, "dar lugar a um cubano".

Embora uma das regras básicas da **Folha** seja sempre ouvir o "outro lado", o Ministério da Saúde não foi procurado. Foi precipitado dar manchete para os 11 casos relatados, que correspondem a 2% dos 539 municípios que serão atendidos nessa etapa do Mais Médicos. Pode-se imaginar que a **Folha** detectou a ponta de um iceberg, ou seja, que muitos prefeitos planejam essa manobra. Se tivesse ouvido antes o Ministério da Saúde, o jornal teria registrado que há um cadastro on-line que permite ao governo monitorar mudanças de equipe e punir os municípios que fizerem trocas.

Das 11 cidades listadas com a intenção de substituir médicos, três contestaram as informações publicadas. As prefeituras de Barbalha (Ceará), Sapeaçu e Jeremoabo (Bahia) negam que vão trocar seus profissionais pelos do governo

federal. O coordenador da Agência **Folha** afirma que a apuração está correta e que as entrevistas estão gravadas --à exceção de Jeremoabo, cuja prefeitura não conseguiram contatar. Na avaliação da Redação, não havia necessidade de ouvir o Ministério da Saúde, porque "não se trata de uma acusação contra o governo". "O outro lado eram as prefeituras dos municípios."

O Mais Médicos vai começar de verdade amanhã, quando os primeiros profissionais chegarem aos municípios carentes. Vai ficar mais fácil espanar as nuvens ideológicas e avaliar, na prática, a qualidade do programa. Tomara que o jornal não deixe essa novela esmorecer.

SUZANA SINGER a ombudsman da **Folha** desde 24 de abril de 2010. No jornal desde 1987, foi Secretária de Redação na área de edição, diretora de Revistas e editora de "Cotidiano". Escreve aos domingos na versão impressa. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

"A medicina perdeu a aura de profissão exclusivamente dedicada a minorar o sofrimento" (MIGUEL MARTINS)

Para o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, formação médica excessivamente voltada à especialização leva ao desinteresse dos jovens brasileiros pelo Mais Médicos



O ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão

EX-MINISTRO da Saúde do governo Lula e atual diretor-executivo do Isags, braço de saúde da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), José Gomes Temporão afirma que o desinteresse dos profissionais brasileiros em participar do programa Mais Médicos deve-se a uma formação médica excessivamente centrada na especialização, afastando os jovens de uma ação voltada ao atendimento familiar e preventivo. Sanitarista de formação, Temporão não antevê problemas de adaptação aos 400 médicos cubanos que desembarcaram no Brasil no último fim de semana. Quanto às possíveis barreiras na legislação trabalhista brasileira à vinda dos profissionais, o ex-ministro argumenta que não há "vínculo laboral", mas apenas um acordo de

cooperação trilateral entre o Brasil, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e Cuba. Confira, abaixo, a íntegra da entrevista a *CartaCapital*.

CartaCapital: *Por que houve tão pouco interesse dos médicos brasileiros na convocação do Mais Médicos? O senhor considera que haja um desinteresse por medicina familiar e preventiva entre os profissionais formados no Brasil?*

José Gomes Temporão: São múltiplos os aspectos envolvidos. Em primeiro lugar o clima criado, no momento em que as entidades médicas desencadearam uma guerra santa contra o projeto do governo. Mas esse não me parece o fator central. Há muito a medicina perdeu aquela aura de profissão nobre e única e exclusivamente dedicada a minorar o sofrimento humano. Transformou-se em um florescente negócio que envolve gigantescos recursos financeiros em todo o mundo. Embora importante, o médico é uma peça nessa engrenagem. Existe toda uma cultura do cuidado voltada para a sofisticação tecnológica, nem sempre adequada ou necessária, o que acaba colocando barreiras ao que se considera como exercício profissional seguro ou em condições adequadas. Ao lado do fato de que médicos, arquitetos, advogados etc. optam por trabalhar e viver onde possam ter segurança, conforto e perspectivas de longo prazo na carreira. Por fim a formação médica fortemente centrada na especialização precoce e na fragmentação da atenção entre subespecialidades afasta os jovens médicos de uma ação mais holística e centrada na atenção primária e na prevenção. De todo modo, deve ficar claro que o Mais Médicos é uma proposta parcial, focal e que, por si só, não tem potencial para mudanças substantivas no sistema de saúde.

CC: *Como o senhor avalia a educação e a prática médicas em Cuba? Acha que os médicos cubanos conseguirão se adaptar e fazer um bom trabalho?*

JGT: Cuba tem uma saúde pública de bom padrão com indicadores de fazer inveja a muito países desenvolvidos. Eles possuem décadas de experiência em trabalhos deste tipo em países da África e América Latina. Não antevejo nenhum problema de adaptação à realidade dos municípios onde vão atuar.

CC: *Muitas críticas tem sido feitas à forma de contratação dos cubanos. As bolsas no valor de 10 mil reais serão repassadas ao governo cubano e os médicos devem receber entre 2,5 mil a 4 mil reais. Em entrevista recente à CartaCapital, o senhor levantou o problema do tipo de vínculo que será estabelecido com os profissionais, se será apenas uma bolsa ou um plano de carreira na saúde pública, com perspectiva de longo prazo. Em relação a vinda dos cubanos, como o senhor vê essa questão trabalhista?*

JGT: Na realidade, a vinda dos médicos cubanos não se caracteriza pelo estabelecimento de um vínculo laboral entre esses profissionais com o governo brasileiro. É um acordo de cooperação trilateral entre o Brasil, as Nações Unidas (OPAS) e Cuba, de caráter claramente provisório e com o claro objetivo de, em caráter emergencial, levar serviços médicos essenciais a quem hoje não dispõe deles. Claro que podem surgir outras implicações neste tipo de relação que inclusive estão sendo analisadas pelos órgãos de controle e da Justiça do Trabalho.

CC: *No lugar do Revalida, os médicos estrangeiros serão avaliados por professores de instituições públicas e aqueles considerados aptos receberão um registro profissional provisório. Um dos argumentos a favor da mudança é o de que o Revalida tem índices de reprovação altíssimos entre os médicos estrangeiros. Como o senhor vê essa nova forma de avaliação?*

JGT: É perceptível um evidente preconceito em relação aos médicos estrangeiros e sua capacidade técnico-científica. Claro que a proposta correta seria a de submeter todos esses profissionais ao Revalida. O argumento de que o Revalida reprova muito e por isso não pode ser utilizado me parece falacioso. Seu conteúdo deveria expressar o grau de conhecimento necessário para aquele profissional exercer determinada função no sistema de saúde. A opção do governo pela concessão de um registro provisório com vigência apenas durante o período de 3 anos e atuação exclusiva na atenção primária, tem a ver com o fato de que não se poderia restringir legalmente, do ponto de vista do exercício da profissão, a atuação no setor público ou privado e em qualquer local do território nacional, aos aprovados no Revalida. Se o revalida fosse exigido para todos os estrangeiros, os que fossem aprovados poderiam exercer a medicina em qualquer local e especialidade, tanto no setor público como no privado. Isso vai contra a estratégia do governo de restringir os locais de exercício apenas aqueles municípios definidos, apenas na atenção básica e apenas no setor público.

MIGUEL MARTINS é jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA CAPITAL, Setembro de 2013.**

Ler as ruas (SÍRIO POSSENTI)

"Vem pra rua" apropriou-se do slogan de uma propaganda de carros e "o gigante acordou" resgatou, como numa colagem, passagens do Hino Nacional

AS RECENTES manifestações de rua, mais concentradas a partir do mês de junho, merecem diversas leituras. E mobilizam diferentes sentidos da palavra "leitura".

A leitura dos historiadores, por exemplo. Uma forma interessante de encarar o fenômeno é tratá-lo como um acontecimento, que pode ser definido como um evento inesperado (na véspera, nem se imagina o que ocorrerá) que, no entanto, logo em seguida é enquadrado e colocado num determinado fio da história. Diversas leituras concorrentes tentam dar ao fato diferentes interpretações, propondo situá-lo num determinado fio da história e associá-lo a eventos que o antecederam.

Nesse sentido, houve comentaristas que situaram as manifestações na sequência da rebelião dos operários em Belo Monte, em 2012, mas também houve quem as analisasse como descendentes de maio de 1968, ou até como desdobramentos de movimentos no Oriente Médio, notadamente no Egito. Além disso, no que se refere à questão do preço das passagens, jornais e tevês desenterraram matérias sobre movimento semelhante em Florianópolis há cerca de oito anos, afirmando que as manifestações atuais não eram as primeiras.

Em que sentido isso se trata de uma "leitura"? Uma metáfora pode explicá-lo: é como se quiséssemos descobrir o sentido não evidente de uma palavra em um texto, lendo-o e deduzindo dele o significado que o termo deve receber para que caiba no todo e não quebre sua coerência.

Também se pode fazer a leitura dos cartazes, que merecem ser encarados pelo menos em duas dimensões. Uma deve ser capaz de explicar por que foram os que foram, ou seja, cartolinas com pequenas frases manuscritas de forma amadora. Na prática não houve faixas, muito comuns em "passeatas" (daí também uma diferença entre manifestações e passeatas).

Outra leitura possível destacaria diversos aspectos para formar um todo relativamente coerente no interior da heterogeneidade. Pode-se dizer que cada manifestante foi à rua e deu o seu recado, o que é compatível com o fato de que

não houve partidos ou agremiações (UNE, sindicatos etc.) no comando. Se não houve espontaneidade total, os fatos tampouco estiveram próximos de ser tão planejados quanto nas demonstrações com as quais nos acostumamos.

As cartolinas e a diversidade das mensagens “pessoais” são dois aspectos complementares. Esta leitura pode ser aprofundada considerando que houve “cartazes” que afirmavam apenas que seus portadores estavam se manifestando, sem dizer contra o quê.

Uma segunda dimensão tentaria explicar o sentido da frase de cada cartaz, ou o daqueles mais significativos. Diria que os mais interessantes foram os que propuseram algum tipo de relação intertextual ou interdiscursiva, ora mais direta, ora invocando certa memória.

Por exemplo, “vem pra rua” retomou o slogan de uma propaganda de carros que estava na tevê naqueles dias. Claro que seu sentido passa a ser outro: o de uma chamada por participação, e não apenas por circulação (de carro) pela cidade. Ou “o gigante acordou”, que tanto cita uma propaganda de uísque quanto resgata, à maneira de uma colagem, passagens do Hino Nacional (gigante pela própria natureza... deitado eternamente em berço esplêndido). Observe-se a interessante passagem de “deitado” para “acordou”, sem transitar por “dormindo” (uma boa metonímia).

A melhor atitude é aliar uma leitura em sentido histórico a outras em sentido mais estrito, especialmente levando em conta também os suportes.

SÍRIO POSSENTI escreve, esporadicamente, para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Setembro de 2013.**

Por que o Uruguai nos surpreende? (SALVADOR SCHAVELZON)



Ex-guerrilheiro e preso político, Mujica tem uma vida humilde e olhos abertos para a realidade

As leis aprovadas no governo de Mujica inspiram caminhos para superar velhos problemas

O URUGUAI é um país com 3,5 milhões de habitantes, com a agricultura e a criação de gado como atividades econômicas principais, em que se vive um ritmo calmo de uma população madura. Seu sucesso futebolístico e as praias de veraneio trouxeram reconhecimento. Além de disputar o nascimento de Carlos Gardel com a Argentina, músicos como Jaime Ross, Alfredo Zitarrosa e Daniel Viglietti fizeram brilhar a música uruguaia junto ao ritmo de candomblé e as murgas (espécie de coral) de carnaval, herança afro-uruguaia ainda em vigor.

Agora o país rio-platense chama a atenção do mundo graças ao seu avanço em leis progressistas. Veremos em que consistem as mesmas e qual é o contexto político-histórico que permite entender o lugar vanguardista desse país em várias iniciativas e também quais são os obstáculos para aprovar medidas parecidas no Brasil.

Leis progressistas

Logo da chegada à Presidência de José “Pepe” Mujica, ex-guerrilheiro do grupo Tupamaros, que passou 14 anos preso durante a ditadura militar, a primeira lei que chamou a atenção foi a descriminalização do aborto. A coalizão governista Frente Ampla, pela qual Mujica teve acesso ao Senado antes de assumir a Presidência, já havia proposto em 2007 um

projeto sobre o tema. Naquela época, entretanto, o presidente Tabaré Vázquez – também da esquerdista Frente Ampla – opõe-se ao voto do seu próprio partido. Com Mujica, em 2012, a lei foi aprovada.

O tema da interrupção da gravidez gerou forte oposição de setores religiosos, para quem o começo da vida se dá desde a concepção. Ainda assim venceram os que defendem a regulamentação do aborto, quando ainda não se atinge etapas avançadas da gestação, a fim de evitar procedimentos clandestinos, sem condições sanitárias e com frequentes consequências graves para a mãe, em especial as pertencentes à população pobre. Outro argumento tem a ver com a importância do planejamento familiar, pelos problemas sociais agravados por nascimentos não esperados, às vezes produto de estupro, casos nos quais os religiosos também se opõem. O direito e a liberdade de a mulher decidir sobre o seu corpo entraram em debate.

Os incentivadores da lei uruguaia propõem que o Estado controle a realização de abortos em mulheres com até 12 semanas de gestação, além da educação sexual acessível a todos. Depois de seis meses em vigência, o ministro da Saúde anunciou de forma auspiciosa que não foram registradas mortes por interrupções de gestação realizadas com o controle do Estado. O tema encerrou-se quando a Igreja Católica e os partidos de oposição propuseram um referendo para derrubar a lei, mas menos de 9% do colégio eleitoral se propôs a votar. Eram necessários 25% para um referendo obrigatório.

A segunda lei que colocou o Uruguai na vanguarda progressista da América Latina foi a do matrimônio igualitário, de abril de 2013. A legislação permite a adoção também aos casais homossexuais e que a ordem do sobrenome dos filhos seja decidida pelos pais. O Uruguai também fez possível o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas. A Igreja iniciou uma campanha de oposição, similar à iniciada pelo papa Francisco quando ele era cardeal na Argentina e o governo de Cristina Kirchner aprovou projeto do mesmo tipo. A opinião de Bergoglio é utilizada agora pela Igreja uruguaia, que considera o casamento homossexual pecaminoso, contrário à família e aos planos de Deus.

A terceira lei que fez voltar os olhos para o Uruguai foi a legalização da maconha, cujas características da legislação a fazem única no mundo. Já era possível cultivar e possuir a erva para consumo individual, como em outros países, mas agora o Estado passará a controlar produção, distribuição e venda. Como nos casos de aborto, o governo não nega os efeitos nocivos para a saúde, mas argumenta que as formas tradicionais de lutar contra o consumo e o tráfico fracassaram.

Coragem uruguaia

O “experimento” que o país empreende, segundo anunciou Mujica, tem a ver com uma nova estratégia para combater o narcotráfico e seus efeitos corrosivos nos aparatos de repressão e na vida carcerária. O presidente explicou que se trata de não dar as costas a um problema que está perante todos. Aos 78 anos, Mujica fala às pessoas da sua geração com seu característico linguajar popular e pede que o país seja valente e não abandone os jovens.

Essas leis permitem aceder a um debate internacional e em contínua mudança. Há um corte entre posições conservadoras, em que valores morais ou religiosos se opõem a mudanças, que ora apontam para um avanço de direitos para superar a discriminação e exclusão, ora enfatizam a procura de soluções ante problemas sociais. Outras leis, como a eutanásia, aguardam para ser tratadas pelo Congresso. Nem tudo tem sido vitória para o governo da Frente Ampla, que sofreu um revés pelo voto negativo num referendo que buscava derrubar julgar os crimes da ditadura.

Na defesa das leis vemos confluir dois tipos de argumentos: um com ênfase no papel do Estado e os problemas sociais, priorizando os mais desfavorecidos, outro mais liberal, argumentando contra a regulação estatal na vida das pessoas (homossexuais, mulheres e usuários de drogas). Esses dois avanços atravessam transversalmente o arco político e fazem que tanto líderes provenientes da esquerda socialista, como Mujica e personalidades mundiais do mundo liberal e empresarial defendam essas mudanças, como que outros governos vindos da esquerda se oponham.

O debate uruguaio encontra-se assim embaralhado: Mujica é alvo de críticas conservadoras, mas é criticado por dar continuidade a políticas econômicas que não favorecem a distribuição da renda ou pela falta de reformas nesse sentido.

A “Suíça” da América

Além das posições políticas, o Uruguai soube ver que era possível avançar e mostrou iniciativa. Porém, a sintonia com debates jurídicos e sociais contemporâneos não deve ser vista como uma questão de oportunismo ou casualidade conjuntural. Essas políticas possuem antecedentes.

Se revisarmos a história, veremos que o Uruguai era pioneiro em medidas relacionadas com direitos civis e a democratização da sociedade, além de ter forte estrutura bancária, o que lhe valeu o título de “Suíça” da América. Entre as leis vanguardistas está a do Divórcio, de 1907, pioneira entre os seus vizinhos e inédita em permitir que a separação fosse iniciativa feminina. A recente lei do matrimônio igualitário a modifica, permitindo também que seja o homem a tomar a iniciativa.

O Uruguai foi também o primeiro país latino-americano a permitir o voto feminino, em 1927. A primeira votante, curiosamente, foi uma brasileira de 90 anos residente no país. Com uma importante lei de educação que também foi pioneira em garantir a educação obrigatória, laica e gratuita, o país se converteria no mais alfabetizado da região, com fama de povo culto e bons índices de desenvolvimento humano. Em relação direta com o debate atual da legislação da maconha – que a Frente Ampla afirma que se estenderá a outras drogas – o Estado uruguaio regulou no princípio do século XX o consumo e venda de álcool, permitindo que os lucros sejam revertidos em saúde pública.

O presidente Batlle y Ordóñez foi quem incentivou muitas dessas reformas e, com leis trabalhistas importantes, também perfilou um Estado laico. A tendência de separação entre o Estado e as distintas confissões de fé marcou a modernidade política da Europa, com reformas religiosas e o avanço do secularismo, mas ainda é tema de debate por distintas formas de influência da igreja na política. O Uruguai se converteu no país mais laico da região com várias medidas que já levam mais de um século, como a regulamentação e limitação do ensino religioso, a proibição de crucifixos em hospitais e escolas, eliminação de capelães das Forças Armadas, reconhecimento do matrimônio civil e o desconhecimento do religioso, juramento dos presidentes sobre a Constituição. Apesar de contar com 47% de católicos, no Uruguai não há feriados religiosos e o Dia de Reis se chama Dia das Crianças. A Semana Santa é a Semana do Turismo e o Natal se conhece como o Dia da Família.

Diante da oposição bélica da Igreja nas últimas leis uruguaias, dá para entender a relação entre sua aprovação e a separação real entre Estado e religião. O caráter laico, inclusive, foi recentemente demonstrado por Mujica quando ele decidiu não comparecer à posse do papa Francisco. Ao buscar atrair investimentos, Mujica visitou e reconheceu a importância política do papa, com quem comparte um estilo marcado pelos gestos de simplicidade e rejeição aos privilégios do poder – o presidente viaja em aviões comerciais, utiliza um velho carro, doa 90% do seu salário e vive numa pequena casa rural, sem depender de cozinheiros ou empregados domésticos.

Se compararmos o Brasil com o Uruguai, vamos nos deparar com as dificuldades que teríamos de aprovar leis como as uruguaias, devido às relações íntimas entre política e religião no País. Uma importante bancada parlamentarista evangélica de 80 membros, transversal aos distintos partidos, impede o tratamento parlamentar brasileiro desses temas. Basta observar que o casamento entre pessoas do mesmo sexo só foi legalizado no Brasil pela via judicial. Outro exemplo do poder de fogo da bancada religiosa foi a suspensão do material didático do MEC que trazia conteúdos contra a homofobia. É bom lembrar que o tema droga é conduzido exclusivamente no País pelas forças policiais e militares.

Apesar de serem calculadas duas mortes por dia no Brasil por abortos clandestinos, a força dos setores religiosos obrigou Dilma Rousseff e seu oponente José Serra a declarar-se contra o aborto, convertendo-se no principal tema do debate no segundo turno das eleições de 2010. Em 2007, Dilma havia manifestado seu apoio a uma descriminalização do aborto, mas saiu depois garantindo o “direito à vida”. Procuravam os votos da terceira opositora concorrente da eleição, Marina Silva, que propôs um referendo sobre o tema, desde sua oposição ao aborto de acordo com a sua filiação evangélica. Segundo cálculos do Sistema Único de Saúde, 1 milhão de abortos inseguros acontecem no País por ano, e um quinto das mulheres já o fizeram alguma vez, sendo a maioria delas maiores de idade, casadas e religiosas. Talvez seja a hora de a experiência de Mujica no poder nos servir de inspiração.

SALVADOR SCHAVELZON é antropólogo, professor e pesquisador na Universidade Federal de São Paulo. **Revista CARTA NA ESCOLA, Setembro de 2013.**

Lucas Rocha